

Evangélicos na Arena Política do Uruguai Contemporâneo¹

*Victoria Sotelo*²

Introdução

O enfraquecimento do monopólio católico é um processo de longo prazo que mostra suas características em todos os países da América Latina, onde em paralelo se observa o crescimento contínuo de adeptos a religiões cristãs não católicas. O Uruguai não é exceção, já que a porcentagem de católicos vem diminuindo nas últimas décadas, chegando aos 38% hoje. Por isso, uma nova agenda de estudos, abordagens e metodologias está sendo proposta para entender “as múltiplas consequências do pluralismo religioso, tanto para a própria religião, quanto para a política e, sobretudo, por uma vida política democrática” (LEVINE, 2006, p. 27).

1. Algumas ideias deste artigo foram originalmente apresentadas no trabalho “Claves para comprender el accionar de los evangélicos en la política uruguaya” GT 1: “Religião e Política. Fontes e manifestações político-religiosas do movimento ultra-conservador na América latina”, apresentado no X Jornadas Internacionales Ciencias Sociales y Religión – CEIL – CONICET - Facultad de Ciencias Sociales UBA, Buenos Aires, Argentina. Noviembre, 2019. Estes foram reelaborados e atualizados para o atual ensaio.

2. Doutoranda em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da República (UdelaR). Mestre em Sociologia e Graduada em Sociologia pela UdelaR. Professora do Centro Regional de Professores do Sudoeste, CFE-ANEP, Colonia del Sacramento, Uruguai. Membro do grupo de pesquisa “Coletivo Interdisciplinar de Estudos do Religioso (CIER)” da UdelaR. victoria.sotelo@gmail.com

Religi3n - Uruguay 2017	%
Cat3lica	38
Evang3lica o cristiana (no cat3lica)	6
Cultos afroamericanos, Umbanda, etc.	2
Creyente, no pertenece a Iglesia	10
Agn3stico	3
Ateo	8
Otra	1
Ninguna	31
No sabe/ no responde	1
Total	100

Fuente: Elaboraci3n propia en base a Latinobar3metro 2017

Na Am3rica Latina, regi3o de onde vem o atual “Papa “Francisco” (o argentino Jorge Mario Bergoglio), 59% da popula3o se define como cat3lica, de acordo com dados do Latinobar3metro (2017). O percentual de cat3licos em 1996, atingia 80% da popula3o latino-americana, ou seja, h3 uma queda de 21 pontos percentuais de cat3licos no espa3o de duas d3cadas. Uma verdadeira revolu3o cultural em muito pouco tempo. Essa revolu3o cultural 3 chamada de evangelismo. Hoje, aqueles que professam o cristianismo evang3lico s3o um em cada cinco latino-americanos: 19%. Segundo o Latinobar3metro (2017), a popula3o crist3o n3o cat3lica representa em cada pa3s: Argentina (9%), Bol3via (19%), Brasil (26%), Chile (12%), Col3mbia (14%), Costa Rica (26%), Rep3blica Dominicana (22%), Ecuador (15%), El Salvador (28%), Guatemala (43%), Honduras (39%), M3xico (7%), Nicar3gua (33%), Panam3 (25%), Paraguai (5%), Peru (14%), Venezuela (18%), Uruguay (6%) (elabora3o pr3pria).

Em v3rios pa3ses latino-americanos (Argentina, M3xico, Peru, Chile, Costa Rica, Col3mbia), os evang3licos t3m se manifestado em marchas contra o aborto, contra o casamento gay e em defesa da fam3lia tradicional, em alian3a com os cat3licos. Em todo caso, vemos que esse conservadorismo religioso esbarra em um imenso n3mero

de latino-americanos que se definem como “não crentes”, 18% segundo o Latinobarómetro (2017), número que vem crescendo ano a ano. Isso significa que estamos diante de um cenário altamente polarizado na região, onde também há manifestações de cidadãos que reivindicam o laicismo do Estado, por não compartilharem as posições religiosas desses grupos nas questões de família, gênero ou reprodução.

Na arena política latino-americana os evangélicos se mobilizam contra projetos de lei, em outros têm seus próprios partidos políticos e até candidatos presidenciais. O presidente guatemalteco Jimmy Morales é um evangélico (um ferrenho oponente do aborto e do casamento gay), enquanto no México um partido de base evangélica apoiou o presidente Andrés Manuel López Obrador, que repetidamente cita a Bíblia e o evangelho em seus discursos. No Brasil, o apoio dos evangélicos ao atual presidente Jair Bolsonaro foi fundamental para sua vitória nas eleições eleitorais de 2018. Mesmo em um país como a Costa Rica, o apoio que o candidato evangélico Fabricio Alvarado teve foi surpreendente. Na Venezuela e na Colômbia em 2018, dois pastores evangélicos (Javier Bertucci e Jorge Antonio Trujillo respectivamente) concorreram como candidatos presidenciais. Por essas razões, podemos afirmar que os evangélicos estão avançando com força no mapa de poder da América Latina. Desde meados da década de 1980, a partir do caso brasileiro, o surgimento de uma bancada evangélica trouxe à luz o perfil completo desse novo ator social que as ciências sociais reconheceram tardiamente, já que o pentecostalismo vinha crescendo há décadas (BURITY, 2008, p. 7).

Guigou (2006) se refere à presença pública do neopentecostalismo no Uruguai, pelo menos desde a década de 1980, e se refere à “neopentecostalização da linguagem política”, mas na época afirma que “Não há, portanto, bancos evangélicos, nem diferentes nomeações do universo pentecostal disputam posições na arena política” (GUGOU, 2006, p. 51). Esse diagnóstico deixa de coincidir com a realidade e mostra como as mudanças têm se desencadeado rapidamente nesse

cenário religioso e político que nos mobiliza para pensar o fenômeno a partir de uma nova perspectiva sociológica.

Recentemente, o sociólogo uruguaio Rafael Bayce (2017) reflete sobre o crescimento dos evangélicos pentecostais e neopentecostais em toda a América Latina desde a década de 1980, tanto em termos religiosos quanto políticos. Para o autor, esse crescimento está ligado a “uma ressurreição espiritual conservadora, reacionária, quase fundamentalista da ‘Nova Direita’ ou ‘Maioria Moral’ nos Estados Unidos, que surgiu em 1974, e a partir daí, e inicialmente com Ronald Reagan, apoia Direitos ideológicos políticos americanos em todo o mundo” (BAYCE, 2017, p. 1).

A partir de 1913, o presidente Roosevelt assinalou que seria difícil absorver os países latino-americanos enquanto fossem católicos. O Relatório Rockefeller (1960) sublinha explicitamente que a América Latina deixou de ser confiável em termos religiosos porque as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil e a Teologia da Libertação em toda a América do Sul - especialmente na região andina e no Brasil - lideraram radicalmente as massas e grupos sociais, entre outras tendências menos agressivas em outros países, como Chile e Uruguai.

“A Teologia da Libertação teve que ser combatida apoiando crenças conservadoras que se distanciavam da intervenção da justiça no mundo, como as religiões umbandistas e as igrejas neopentecostais. Essas ideias estão refletidas no documento do Comitê de Santa Fé (1980), e um novo documento de 1984 recomenda “a continuação da revolução conservadora [...] o fortalecimento dos laços com os setores conservadores da Igreja Católica [...] e que a Teologia da Libertação seja lutada por todos os meios” (BAYCE, 2017, p. 2).

No entanto, argumenta Bayce (2017), seria uma simplificação pensar que o crescimento dessas igrejas se explica apenas pela trilogia de conservadores religiosos (protestantes, católicos e judeus) que comandam os Estados Unidos há quase quarenta anos.

“Existem razões econômicas e sociais poderosas que pavimentam o caminho para que essas teologias infantis, esperanças neo-mágicas de bonança diária, sejam semeadas e colhidas abundantemente em solos latino-americanos e até surpreendam a muitos, incluindo aqueles que confiaram excessivamente no lendário secularismo racional uruguaio” (BAYCE, 2017, p. 2).

O autor afirma que a primeira geração nascida no pós-guerra tem necessidades instantâneas, tanto pela ordem econômico-social vigente, quanto pelo sistema de crenças disponível. As classes média e baixa têm um desejo consumista e hedonista prometido e não realizado pelo estado de bem-estar instalado. A busca racional e progressiva desses objetivos e o fracasso em alcançá-los desacredita o Estado e desperta a busca e esperança nos bens simbólicos e salvadores.

Segundo esse autor, as crenças pentecostais ou evangélicas fazem parte da oferta em um mercado de bens simbólicos para os quais as classes médias ameaçadas pela mobilidade descendente e aquelas que não têm acesso ao pacote de bens e serviços que o Estado declina.

“Mas esses bens simbólicos não são totalmente alheios à necessidade de bens materiais, cuja provisão é magicamente confiada a curas demoníacas e atos de fé, geralmente apoiados monetariamente, é claro, na ausência de suficiência do Estado em prover o desejo crescente e estimulado cientificamente” (BAYCE, 2017, pp. 4-5).

O autor aponta que os mapas de intersecção entre política e religião são apreciáveis e iluminam a profunda realidade em que estamos imersos, uma vez que nesta companhia de provisão de bens materiais magicamente fornecidos “contrabandeam-se crenças macropolíticas muito abrangentes” (BAYCE, 2017, p. 5). A oferta religiosa não está alheia aos modelos político-econômicos de que nasceu parte de sua racionalidade.

A presença de lideranças evangélicas na arena política uruguaia

O Uruguai, o país mais secular do continente, pouco a pouco começa a perceber o aumento de figuras políticas publicamente reconhecidas como evangélicas na arena política.

Na última legislatura (2015-2020) já havia pelo menos dezesseis figuras políticas entre deputados, vereadores e governantes que se declararam publicamente evangélicos. Na atual legislatura (2020-2025) esta tendência continua, já que são eleitos os mesmos três deputados evangélicos como na última legislatura (Gerardo Amarilla, Benjamín Irazábal e Álvaro Dastugue) pertencentes ao Partido Nacional. Algumas personalidades evangélicas foram inclusive indicadas pelo atual presidente Luis Lacalle Pou para ocupar cargos de especial confiança. É o caso de Gabriel Cunha, que estava vinculado à Igreja neopentecostal Missão Vida, que foi nomeado para liderar o programa do Ministério de Desenvolvimento Social que atende a moradores de rua. Outro caso é o de Gustavo Silveira, genro do Pastor Márquez (líder da Igreja Missão Vida), dirigia o setor “Cristãos pelo Uruguai” dentro do Partido Nacional e foi nomeado chefe da Direção Nacional de Apoio aos Libertados.

É um fenômeno que, embora já esteja presente na região há muito tempo, chegou tardiamente ao Uruguai para se instalar de forma definitiva. O objetivo deste artigo é analisar a visão de mundo religiosa que inspira a agenda desses representantes políticos no parlamento uruguaio, bem como em outras áreas da política uruguaia.

Os evangélicos realizaram na última legislatura (2015-2020) uma forte ofensiva contra a “nova agenda de direitos”, mesmo em 2019 eles coletaram assinaturas para realizar um pré-referendo para revogar a Lei Integral para as pessoas Trans, que acabou sem sucesso. Chamamos “nova agenda de direitos” a um conjunto de leis votadas nas duas últimas administrações da Frente Ampla: Lei nº 18.987 sobre a interrupção voluntária da gravidez (2012), Lei nº 19.075 e nº 19.119

sobre casamento igualitário (2013), Lei nº 19.172 sobre a Regulação e Controle da Cannabis (2013), a Lei Integral para Pessoas Trans nº 19684 (2018)³.

O primeiro evangélico a entrar na arena política uruguaia é o deputado Dr. Gerardo Amarilla (Partido Nacional), advogado, membro da Igreja Evangélica Batista. Amarilla foi Deputado pelo departamento de Rivera no período 2010-2015 e é reeleito para os períodos 2015-2020 e 2020-2025, tendo exercido o cargo de autarca do Município de Rivera no período 2000-2010. Amarilla foi quem formulou a polêmica frase ao assumir seu assento: “A Lei de Deus está acima da República”. Atualmente Amarilla é nomeado Subsecretário do Ministério do Ambiente.

Outra figura relevante quando falamos de política e religião é o deputado Álvaro Dastugue, eleito pelo setor da Aliança Nacional, Partido Nacional. Dastugue é o primeiro pastor evangélico na história da política uruguaia em ocupar uma cadeira; a sua afiliação institucional é a Igreja neopentecostal “Missão Vida para as Nações”, cuja figura mais importante é o Apóstolo Jorge Márquez (sogro do Dastugue). A terceira figura política na esfera evangélica é Benjamín Irazábal, Deputado Herrerista por Durazno, também pertencente ao Partido Nacional.

Os três deputados em exercício acima mencionados no período 2015-2020 juntaram-se a um deputado suplente (Luis Pintado) pelo

3. Em novembro de 2012, foi aprovada no Uruguai a Lei nº 18.987 de Interrupção Voluntária da Gravidez, que estabelece que as interrupções da gravidez que atendam aos requisitos estabelecidos pela nova Lei (entre outros requisitos, que sejam realizados durante a primeira 12 semanas de gestação). No Uruguai, desde agosto de 2013, está em vigor a Lei do Casamento Igualitário, que reconhece como legítimo o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Lei nº 19.075 e Lei nº 19.119). Em 2013, o Parlamento uruguaio aprovou a Lei de Regulação e Controle da Cannabis (Lei nº 19.172), que criou um mercado legal de maconha, controlado pelo Estado. A Lei nº 19.172 prevê a criação do Instituto de Regulação e Controle da Cannabis (IRCCA) para regulamentar o plantio, cultivo, colheita, produção, processamento, armazenamento, distribuição e distribuição de cannabis. Em outubro de 2018, a Lei Integral para Pessoas Trans (Lei nº 19684) foi aprovada no Uruguai.

Partido Colorado (que assumiu o cargo de titular em 2018 após a formalização da renúncia do titular) e dois deputados nacionalistas suplentes: Betiana Britos (Partido Nacional, setor Aliança Nacional) e Grisel Pereyra (Partido Nacional, setor Esperança Nacional). Tudo isso levou ao início de conversas nos últimos cinco anos sobre a existência de uma “bancada evangélica”. Seus membros negam, pois alegam não ter agenda própria ou coordenação específica. Atualmente nos governos departamentais encontramos mais de uma dezena de conselheiros evangélicos (titulares e suplentes) e dois cargos de confiança nos municípios de Rivera e Cerro Largo.

No início da última legislatura (2015-2020), dezesseis pessoas (entre deputados, vereadores e cargos de confiança) receberam a bênção numa cerimônia denominada “Consagração aos Cristãos no Governo”. Nele, eles prometeram respeitar a Constituição e as leis “desde que não contradigam a palavra de Deus”. Asseguraram que obedeceriam «aos ditames» das suas consciências «informados pela Palavra de Deus, sobretudo a lealdade pessoal ou partidária», e afirmaram que a “base” e “fundamento” da sua atividade seria o Evangelho. São sete as áreas da sociedade uruguaia onde os evangélicos atuam na política e buscam exercer influência: governo, igreja, família, economia, cultura, artes e comunicação⁴.

Sem dúvida, uma das principais figuras políticas do eleitor evangélico foi uma mulher pertencente ao Partido Nacional, uma católica convertida ao judaísmo: a ex-senadora nacionalista Verónica Alonso (período 2015-2020). Alonso foi uma das figuras políticas mais visíveis contra a lei “trans” quando ela foi discutida no Parlamento. Representa os mesmos valores que as igrejas neopentecostais promovem, principalmente o valor da família tradicional e a defesa do valor da vida.

4. Veja a cerimônia completa de “Consagração aos Cristãos no governo” 13 de setembro de 2015 em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tm3Px6CzqW4>

Alonso despertou a sombra do partido no poder pela suposta contribuição da Missão Vida para as Nações no financiamento de sua última campanha (2014), já que uma fatura não paga foi deixada em uma gráfica em nome de um membro da igreja (Gabriel Cunha), que levou a litígios legais. A contribuição dos religiosos na campanha de Alonso foi analisada pela Comissão de Investigação sobre o financiamento de partidos políticos e, a denúncia de voluntários do Hogares Beraca distribuindo suas listas, foi investigada pela Comissão de Direitos Humanos do Parlamento, por exploração de trabalho de jovens internos nessa comunidade.

Alonso não pode manter sua cadeira em 2019, após uma aliança com o atual senador Juan Sartori que a coloca em desvantagem.

O senhor Carlos Iafigliola, político do Partido Nacional, que foi pré-candidato a presidente por seu partido nas eleições internas de junho de 2019, foi o promotor do pré-referendo. Iafigliola se identifica como um católico carismático e teve o apoio durante esse processo de evangélicos neopentecostais, principalmente o deputado Álvaro Dastugue da Igreja Evangélica Neopentecostal Missão Vida para as Nações.

Iafigliola justificou sua iniciativa afirmando que a lei “trans” é “inconstitucional, perigosa e injusta” (Rádio Universal, 14 de novembro de 2018). Ele desenvolveu seu pensamento ao expressar que acompanha o projeto desde que foi apresentado pela ex-senadora trans-Michele Suárez (do Partido Frente Amplio), e considerou perigoso enquadrar a possibilidade de que menores possam realizar processos hormonais e mudança de sexo. Afirma que, embora qualquer pessoa idosa possa fazer a mudança de sexo, é injusto que o Estado garanta o processo gratuitamente, uma vez que não pode atender às necessidades básicas de saúde, medicamentos de alto custo ou cirurgias.

Por outro lado, também é importante notar que os evangélicos neopentecostais estão contra a educação sexual nas escolas, como o Pastor Márquez, líder da Igreja Missão Vida para as Nações, afirmou

em várias ocasiões, lembrando que “manuais de sexualidade do governo incitam a pedofilia e que o ‘lobby gay’ busca legalizar o sexo com menores” (SEMANARIO BRECHA, 2018, p.1).

Quando se trata de aborto, os evangélicos condenam sua prática e declararam em inúmeras entrevistas à imprensa que pretendem revogar a lei na próxima legislatura. Prova disso é um projeto apresentado em 2016 por Dastugue e Irazábal -que não prosperou- para comemorar o “Dia do feto” no dia 25 de março. O referendo para revogar a lei que descriminaliza o aborto em 2013, não alcançou as assinaturas necessárias, mas isso não garante a persistência da lei, já que o próprio Iafigliola promete continuar trabalhando para erradicá-la.

Com relação ao uso de drogas, o deputado Álvaro Dastugue afirmou que a discussão no Parlamento da Lei de Regulamentação da Maconha foi o que o levou a se tornar um militar na política. A razão se deve ao fato de que nas residências da Beraca da Igreja Mission Vida para as Nações, é realizado trabalho social para atender os usuários que apresentam uso problemático de drogas, por isso são contrários a esta Lei.

Os evangélicos também fazem alianças com movimentos sociais e ONGs pró-vida e pró-família, como a do Uruguai chamada “Meus filhos não tocam”, que surgiu como uma rejeição à proposta didática de abordagem da educação sexual na educação inicial e primária, apresentada pelo CEIP (Conselho de Educação Inicial e Primária).

Durante alguns meses de 2019, pela primeira vez na história política do Uruguai, quatro deputados evangélicos se reuniram no Parlamento. Nesse quinquênio legislativo, onze iniciativas foram apresentadas por legisladores evangélicos seguindo as mesmas convicções religiosas: dois projetos de lei contra a descriminalização do aborto, quatro projetos de lei associados à proibição e tratamento das drogas, quatro que promovem a família “tradicional” e aquele que estabelece 31 de outubro como o “Dia Nacional das Igrejas Evangélicas”. Por fim, a questão do casamento igualitário também

é um flanco para onde apontam os evangélicos, já que o modelo de família que defendem é a família nuclear, composta por um homem e uma mulher. É por isso que também se opõem à dita lei já aprovada em nosso país.

A Lei Integral para Pessoas Trans no Uruguai e suas resistências

Nesta seção, nos aprofundaremos na mobilização de atores político-religiosos (evangélicos e católicos) para revogar a Lei Integral para Pessoas Trans (Lei Nº 19684) aprovada no Uruguai em 2018, que envolveu a coleta de assinaturas e que levou à realização de um pré-referendo em agosto de 2019.

É um evento social onde entram em jogo a política, a religião, a saúde e o Coletivo Trans do Uruguai. Em outubro de 2018, foi aprovada no Uruguai a Lei Integral para Pessoas Trans, que propõe a criação de políticas públicas específicas voltadas para essa população. Através da concepção e promoção de ações afirmativas -públicas e privadas-, procura-se reduzir a discriminação estrutural e permanente vivida pelas pessoas trans, promovendo a sua inclusão nas áreas das quais historicamente foram excluídas: social, educacional, cultural, econômica, trabalho, saúde, etc.

O caso apresentado seria uma “controversia” formal na perspectiva de Giumbelli (2002, p. 46), tomando seu modelo de análise das relações entre Estado, religião e sociedade. À luz do modelo de Giumbelli podemos ver que neste caso entram em cena diversos atores: o Estado, grupos religiosos (evangélicos e católicos), o Trans Colectivo del Uruguai, a mídia e os cientistas. O autor aconselha considerar o Estado como um grande regulador da interação religiosa, mas ao mesmo tempo transcendendo-a. A polêmica foi elogiada nas urnas do dia do pré-referendo, onde não foram alcançados os votos necessários para submeter a lei a referendo. 25% dos cadernos eleitorais foram exigidos e 9,9% (266.503 votos) foram obtidos.

O maior voto contra a lei trans foi observado nos departamentos onde há mais evangélicos (principalmente pentecostais), ou seja, nos departamentos limítrofes com o Brasil (Rivera, Artigas, Cerro Largo). Em Rivera, os votos necessários foram alcançados (25%) e é onde há mais “cristãos não católicos” no país (30,9%) (SOTELO, 2010, pg. 75). Em Artigas (16%) e Cerro Largo (15%) os votos também foram superiores à média devido à alta presença de evangélicos pentecostais. É importante notar que nesta votação nos departamentos de fronteira com o Brasil os evangélicos obtiveram o maior número de adesões, o que mostra uma certa internacionalização do fenômeno e a influência do país vizinho. Da mesma forma, em Salto se observou um bom voto (19%) devido à alta presença de católicos conservadores naquele departamento (53,3%) (SOTELO, 2010, pg. 76).

À luz de Giumbelli (2002), podemos perceber que há uma interação entre atores sociais que com suas resistências, imposições e resultados encontraram dispositivos para a regulação da religião. Os dispositivos revelam uma determinada relação entre modernidade e religião, cristalizada localmente. A modernidade está construindo uma certa concepção do religioso e o religioso surge como um domínio que revela as características da sociedade que o engendra. “Estado, religiões e outros personagens são observados por meio de instituições, agentes, discursos e práticas específicas que se dão conjuntamente em determinadas situações e que em sua interação (re) definem as configurações e sentidos do ‘pluralismo confessional’ e da ‘liberdade religiosa’ ” (GIUMBELLI, 2002, p. 51).

Sinais da erosão lenta e gradual do “Uruguai secular”

O Uruguai experimentou no início da modernidade um forte processo de secularização de mentalidades, costumes, instituições e educação, onde o secularismo tinha profundas raízes sociais. Nesse processo houve dois elementos que desempenharam um papel primordial:

a fraca implantação do catolicismo em nosso país, desde os tempos coloniais; e o papel das elites modernizadoras que estiveram presentes antes e durante a consolidação do Estado moderno.

O processo de secularização em nosso país concentrou-se historicamente ao longo das seis décadas da primeira modernização capitalista (1860 e 1920), e é entendido como uma progressiva “privatização da religião”. Nesse período houve uma forte luta entre Igreja e Estado pela ocupação dos espaços públicos, cujos dois marcos iniciais podem ser marcados com as Leis da Educação de 1877 e sua imposição do “laicismo”, e o Registro do Estado Civil de 1878.

Não porém, o ponto culminante foi alcançado nas primeiras décadas do século XX, com o chamado “primeiro batismo”, onde o Estado relegou definitivamente o religioso à esfera privada. Entre as iniciativas de Batlle e Ordóñez podemos citar a lei do divórcio, a retirada dos crucifixos dos hospitais, a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, a substituição por decreto de festas religiosas por seculares, etc.

Segundo Gerardo Caetano (2007), é evidente o caráter radical em vários aspectos do conceito de laicidade imposto no país no período estudado. A adoção de posições oficiais fortemente críticas à religião institucional hegemônica (a Igreja Católica), junto com uma transferência da sacralidade do religioso para o político, “aos poucos levou à formação do que passou a ser denominado uma espécie de religião civil, com símbolos e doutrinas alternativas, rituais e liturgias cívicas que visam o reforço da identidade e da ordem social” (CAETANO, 2007, p. 43). Na opinião de Caetano, a privatização da religião e a implantação de uma religião civil secularizada foram as marcas do processo de secularização uruguaia, que transcendeu o plano das relações entre Igreja e Estado (ou dos vínculos entre religião, política e sociedade), “registrar-se como perfil fundamental da vasta identidade cultural dos uruguaios” (p. 44).

No entanto, pode-se afirmar provisoriamente que hoje existe um certo grau de divergência entre a imagem laica apresentada pelo Uruguai e o progressivo aumento de novos movimentos religiosos. Esse

paradoxo e suas possíveis repercussões sobre a identidade religiosa atraem enormemente nossa curiosidade sociológica. O surgimento de práticas religiosas orientalistas ou da Nova Era, a proliferação de igrejas pentecostais de grande poder econômico, as novas abordagens do neo-cristianismo e a adesão de novos crentes aos cultos umbandistas sugerem que o Uruguai está mudando fortemente no sentido religioso.

“A conversão de grandes cinemas em igrejas, por exemplo, modifica referências urbanas e significados dos espaços da cidade em todo o território nacional. As práticas religiosas generalizadas, as mensagens midiáticas de caráter religioso, a proliferação de templos, são todos elementos que manifestam alterações substantivas na forma como os uruguaios se concebem, pensam e agem” (FILARDO, 2005, p. 7).

Isso trará consequências políticas e sociais que, sem dúvida, afetarão os crentes e os cidadãos em geral.

No Uruguai, ao contrário de outras sociedades latino-americanas, a Igreja Católica historicamente não teve um grande peso institucional e social, devido ao processo de secularização inicial, desde o início do século XX. Como aponta Da Costa, “ser católico’ não faz parte da construção identitária do Uruguai e o reconhecimento do Uruguai como uma sociedade secularizada e laica faz parte dessa construção” (DA COSTA, 1999, p. 139). Quanto dessa imagem de país laico continua e quanto mudou?

Desde 1919, a Constituição da República estabelece claramente a liberdade de culto e simultaneamente o laicismo do Estado em seu artigo 5º: “Todos os cultos religiosos são gratuitos no Uruguai. O Estado não defende nenhuma religião”. No entanto, vários episódios suscitam debates na sociedade por violação do laicismo do Estado, seja pela irrupção de políticos em contextos religiosos, seja de religiosos na esfera pública / política.

Por exemplo, em 2018 o atual Prefeito de Salto Andrés Lima recebe a bênção de dois pastores do Ministério Evangélico Tiempo de Victoria em seu gabinete e é divulgado na imprensa nacional, tendo sido um caso bastante polêmico por violação do laicismo do Estado.

Outro caso que relançou o debate sobre a laicidade do Estado foi a aprovação pelo atual prefeito de Cerro Largo Sergio Botana de um monumento à Bíblia, a pedido da União dos Pastores Evangélicos de Melo em outubro de 2018, sem prévio envio a Diretoria Departamental para aprovação dos conselheiros. Para corrigir seu erro, após a construção do monumento, ele encaminhou o pedido à Diretoria.

A iniciativa do Cardeal Sturla de instalar um monumento à Virgem Maria na Rambla de Montevideu não teve a mesma sorte, fato que foi longamente discutido na Junta Departamental de Montevideu, sendo o pedido finalmente rejeitado.

Da mesma forma, foram levantadas polêmicas pelas recentes declarações da ex-senadora Verónica Alonso em meio à campanha eleitoral, que junto com o pastor Álvaro Dastugue e diante de uma audiência de fiéis nas instalações de uma igreja evangélica pentecostal, indicou que “Deus tem um propósito com esta nação e com a gente aqui [...]”, acrescentando “Eu vim me apresentar na sua frente e quero me comprometer na sua frente”: [...]“ Vou erradicar a ideologia de gênero que tanto magoa nossos filhos”⁵.

Outro episódio que gerou a mesma polêmica por suposta violação do laicismo do Estado foi a participação de oficiais do Exército, chefiados pelo ex-Comandante do Exército Guido Manini Ríos e pelo Comandante da Aeronáutica Alberto Zanelli, em missa celebrada na Catedral metropolitana presidida pelo Cardeal Daniel Sturla. Na ocasião (18 de maio de 2016) foi comemorado o aniversário do Exército. Nesta cerimônia religiosa os soldados foram uniformizados, Manini

5. <https://laicismo.org/sobre-politica-religion-y-laicidad-en-uruguay-ante-los-dichos-de-la-senadora-veronica-alonso-y-el-cardenal-daniel-sturla/>

Ríos falou e deu um presente ao Cardeal Sturla em nome do Exército. A isso se somam outros fatos polêmicos: o juramento da bandeira na catedral metropolitana - ato presidido pelo cardeal Sturla; a inauguração de uma capela no hospital das Forças Armadas, a nomeação de um capelão e a criação de um “departamento de assuntos religiosos”.

Estudos sobre religião e política no Uruguai

O caso particular do processo de secularização no Uruguai e o impacto das recentes transformações tornam o estudo de caso único em relação a outros países latino-americanos. O historiador e cientista político uruguaio Gerardo Caetano é, sem dúvida, uma referência incontornável na pesquisa acadêmica sobre o processo de secularização do Uruguai (1859-1919) e no estudo dos significados e da abertura das transformações mais contemporâneas e em curso, sob o título que se denomina “crer sem pertencer”, a qual dedica o epílogo de sua recente obra intitulada “El Uruguay Laico. Matrices e revisões” (CAETANO, 2013).

Mais recentemente, Juan Scuro (2018) analisou como a questão do secularismo ressurgiu com ímpeto no Uruguai nas últimas décadas no Uruguai progressista. O autor apresenta em sua pesquisa um cenário de fervorosas discussões e trocas de perspectivas a respeito do novo lugar da religião na cena pública uruguaia. Nos meses que se seguiram à posse de Tabaré Vázquez como presidente (2005), o governo apoiou o pedido do arcebispo Nicolás Cotugno para retirar a estátua do recém-falecido João Paulo II de uma igreja ao pé da já chamada “Cruz del Papa”, na Avenida Artigas, na cidade de Montevidéu. Esse episódio, gerou críticas na sociedade e principalmente na Federação das Igrejas Evangélicas do Uruguai, uma vez que com essa medida, a cruz não representava mais o conglomerado cristão, mas especificamente a Igreja Católica (SCURO, 2018).

Scuro (2018) também analisa a chegada de líderes religiosos à esfera parlamentar, como é o caso de Mae Susana Andrade (deputada afrodescendente da Partido Frente Amplio) ou dos deputados evangélicos Gerardo Amarilla, do pastor neopentecostal Álvaro Dastugue e do deputado Benjamín Irazábal. O autor conclui que:

“Moralidades, identidades e liberdades estão em uma vigorosa disputa política no Uruguai. O arcabouço interpretativo do laicismo é um importante eixo por meio do qual se movem e se manifestam as tentativas de materialização dessas licitações pelos diversos setores envolvidos. A esfera política em sentido estrito (partidário) é uma delas. A presença de símbolos religiosos no espaço público é outra forma óbvia de tornar visíveis os processos de identificação e disputa” (SCURO, 2018, p. 55).

Magdalena Milsev, uma antropóloga uruguaia, também estuda a Igreja Missão Vida para as Nações em sua dissertação de mestrado. Ela apresenta exemplos etnográficos onde podemos encontrar efeitos políticos de práticas e discursos que geralmente não são concebidos como políticos - doutrina religiosa, hermenêutica bíblica, discursos morais - que estão relacionados com o ativismo conservador desta Igreja. “Este último ponto - facilmente identificado como ‘político’ por estar associado a um partido - é apenas um dos muitos níveis em que a política está presente nessa ordem cosmológica neopentecostal” (MILSEV, 2019, p. 327). O autora destaca que as megagregas neopentecostais têm crescido constantemente no Uruguai desde sua chegada nos anos oitenta e, apesar das citadas raízes seculares do Estado, “elas adquiriram relevância social - e política - pela atenção aos setores populares, prestando serviços sociais onde o Estado não está presente, como poderosos referentes simbólicos para pessoas em situação de privação” (MILSEV, 2019, p. 328). A Igreja Missão Vida para as Nações tem participado ativamente dos assuntos da agenda pública desde que começaram a ser discutidas as inovações relativas aos direitos sexuais e reprodutivos - que em Uruguay se somam também à Legalização da

Cannabis - o que tem acontecido de forma ampla em nível regional em relação aos religiosos conservadores denominações. Nesse sentido, continuam trabalhando contra o aborto e o casamento homossexual apesar de terem sido legalizados em 2012 e 2013, perseverando nos discursos junto com uma campanha ativa contra o Guia de Educação Sexual da Educação Pública e a ‘Lei Trans’” (MILSEV, 2019, p. 337), como já apontamos.

Considerações finais

A transformação religiosa latino-americana dos últimos tempos sem dúvida impactou nas relações entre religião e política. Surge assim um novo ator social: os pentecostais, que avançam no cenário político latino-americano com uma agenda conservadora em defesa da família tradicional, contra o aborto legal, contra a chamada ideologia de gênero e a educação sexual nas escolas.

Na última legislatura (2015-2020) a “agenda de direitos” conquistada em nosso país tem sido questionada por esses grupos evangélicos em aliança com os católicos, tentando destruir alguns direitos já conquistados por outros grupos.

Luis Lacalle Pou, o atual presidente uruguaio, conseguiu sua vitória após 15 anos de governo da Frente Amplio (à esquerda), junto com uma coalizão “multicolorida” de vários partidos : Partido Nacional, Partido Colorado, Conselho Aberto (Cabildo Abierto), Partido Independente, Partido da Gente (Partido de la Gente).

Um novo partido chamado Conselho Aberto (Cabildo Abierto) surgiu no Uruguai nas últimas eleições y capturou o voto conservador e contrário à agenda de direitos (obteve 11% dos votos, 3 senadores 11 deputados, nenhum evangélico), liderado pelo ex-comandante-em-chefe do Exército Guido Manini Ríos, um católico confessado.

Conselho Aberto tem um discurso conservador em defesa dos valores tradicionais e contrário à ideologia de gênero, o que atraiu a militância de fiéis cristãos e neopentecostais.

O Uruguai viu na última década um aumento considerável de representantes evangélicos no parlamento, embora neguem que haja uma bancada como a brasileira. Devemos considerar a hipótese de que a influência evangélica pode ter contribuído para a decisão das últimas eleições nacionais uruguaias (2019), que foram decididas em votação por apenas 25.000 votos.

Lacalle Pou se comprometeu na campanha para não tocar na agenda de direitos durante seu mandato, mas certamente Conselho Aberto vai realizar uma oposição a ela, fato que será valorizado pelos cristãos mais conservadores e neopentecostais.

Até 2019, pensava-se que os evangélicos continuariam a crescer dentro do Partido Nacional, fato que no futuro não fica tão claro com o surgimento do Conselho Aberto. Todas essas questões nos motivam a valorizar o estudo das relações mútuas entre religião e política, um campo de estudos pouco explorado em nosso país. Neste artigo procuramos nos aproximar da agenda promovida pelos grupos evangélicos presentes no Uruguai e das reações que isso provoca dentro de uma sociedade que se percebe como uma “ilha secular” do continente latino-americano, mas que começa a reconhecer que essa matriz começou a se desgastar.

A chegada de Lacalle Pou ao governo (católico confesso) e a presença do partido Conselho Abierto na coalizão mostram um cenário favorável para a ação dos evangélicos no atual cenário político uruguaio.

Referências bibliográficas

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. Tempo social. San Pablo: Revista de sociología da USP, Vol 2, 2008.

BAYCE, Rafael Os evangélicos avançam na política e na religião. Montevideu: Revista Caras y Caretas, 2 de julio, 2017. Disponível em: <https://www.carasycaretas.com.uy/los-evangelicos-avanzan-politica-religion/>

CAETANO, Gerardo (coord). El Uruguay Laico. Matrices e revisões. Montevídeu: Taurus, 2013.

———. Secularização, privatização da religião e da religião civil. Questões teóricas a serem debatidas a respeito do caso uruguaio. In Da Costa, N., Delecroix, V., Dianteill, E. (Orgs.) Interpretando a modernidade religiosa: teorias, conceitos e métodos na América Latina e na Europa. Montevídeu,: CLAEH, Red Doors América Latina – Europa, 2007.

DA COSTA, Néstor. Catolicismo em uma sociedade secularizada: o caso uruguaio. Porto Alegre, Revista de Ciências Sociais e Religião, ano 1, nº 1, 1999.

FILARDO, Verónica. (comp.). Religiões alternativas no Uruguai. Montevídeu: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da República Oriental do Uruguai, 2005.

GUIGOU, Nicolás. Religião e política no Uruguai. Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 6, não. 2, pp. 43-54, 2006.

MILSEV, Magdalena. Política no Templo. Doutrina religiosa e ativismo conservador em uma igreja neopentecostal em Montevídeu. Uma breve abordagem. International Journal of Latin American Religions. Volume 3, número 2, Switzerland, 2019.

LATINOBARÓMETRO, 2018. Base de datos de la encuesta de 2017. Procesados online desde www.latinobarometro.org.

LEVINE, Daniel. Religión y Política en América Latina. La nueva cara pública de la religión. Buenos Aires: Sociedad y Religión: Sociología, Antropología e Historia de la Religión en el Cono Sur, vol. XVIII, núm. 26-27, pp. 7-29, 2006.

SCURO, Juan. Religión, política, espacio público y laicidad en el Uruguay progresista. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 41-73, set/dez., 2018.

SOTELO, Victoria. Religiões de ricos e pobres: uma análise sociológica do fenômeno religioso em contextos de pobreza no Uruguai. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2012.

URUGUAY. Constitución de la República Oriental del Uruguay. Constitución 1967 con las modificaciones plebiscitadas el 26 de noviembre de 1989, el 26 de noviembre de 1994, el 8 de diciembre de 1996 y el 31 de octubre de 2004. Parlamento del Uruguay, 2017. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion>

URUGUAY. Ley Nº 18.987. Interrupción voluntaria del embarazo. Aprobada em 22 de outubro de 2012. Parlamento del Uruguay. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp8986273.htm>

URUGUAY. Ley N° 19.075. Matrimonio igualitario. Aprobada em 3 de maio de 2013(a). Parlamento del Uruguay. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp8466022.htm>

URUGUAY. Ley N° 19.172. Marihuana y sus derivados: control y regulación del estado de la importación, producción, adquisición, almacenamiento, comercialización y distribución. Aprobada em 20 de dezembro de 2013(b). Parlamento del Uruguay. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp457807.htm>

URUGUAY. Ley N° 19.684. Ley Integral para Personas Trans. Aprobada em 26 de outubro de 2018. Parlamento del Uruguay. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/docu9303368853866.htm>

Artigos de imprensa:

Semanario Búsqueda, 2018. Todas as autoridades do novo setor de Verónica Alonso estão vinculadas à Igreja Missão Vida para as Nações, do Pastor Márquez. 13 de setembro de 2018.

Semanario Brecha, 2018. Evangélicos no Uruguai, seu crescimento e relevância social. Bolha e reação. 9 de novembro de 2018. Escrito por Betania Núñez.

Semanario Brecha., 2018. Evangélicos e sua ligação com a política. 9 de novembro de 2018. Escrito por Daiana García.

La Diaria (2015, 13 de setembro). Evangélicos que têm um banco. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/que-pasa/evangelicos-banca.html>

Recursos de internet:

<https://laicismo.org/sobre-politica-religion-y-laicidad-en-uruguay-ante-los-dichos-de-la-senadora-veronica-alonso-y-el-cardenal-daniel-sturla/>

«Consagración a cristianos en el gobierno» 13 de setembro de 2015 em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tm3Px6CzqW4>

